

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.515 - MS
(2019/0216600-8)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : BIANOR BATISTA DA COSTA
ADVOGADO : JADER EVARISTO TONELLI PEIXER - MS008586
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SOLON MENDES DA SILVA - RS032356
MÁRCIO CASTRO KAIK SIQUEIRA E OUTRO(S) - SP200874

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

1. Ação revisional de contrato, em fase de liquidação de sentença.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
7. A incidência da Súmula 7/STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
8. Agravo em recurso especial conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Em face das razões de fls. 412/422 (e-STJ), reconsidero a decisão da Presidência do STJ de fls. 408/409 (e-STJ) e passo a novo exame do agravo em recurso especial interposto por BIANOR BATISTA DA COSTA, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 08/05/2019.

Concluso ao gabinete em: 20/11/2019.

Ação: revisional de contrato, em fase de liquidação de sentença, ajuizada pelo agravante, em face do BANCO DO BRASIL S/A.

Decisão interlocutória: homologou o cálculo contábil elaborado pelo perito, a fim de tornar líquido o título judicial prolatado na ação revisional, reconhecendo em favor da agravante o crédito de R\$ 2.725,21 a título de obrigação principal, atualizado até 31/01/2018.

Consignou “*não serem pertinentes as ponderações apresentadas pelas partes ao cálculo elaborado pelo expert, na medida em que este reflete com precisão clínica o título executivo, observando estritamente os critérios oriundos das decisões judiciais que fixaram, no plano concreto da presente demanda, os parâmetros para evolução da relação contratual, atendendo em plenitude ao Princípio da Fidelidade ao Título Judicial (CPC, art. 509, §49, desmerecendo o laudo pericial qualquer retoque*” (e-STJ, fl. 97).

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelo agravante, nos termos da seguinte ementa:

EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA – PERÍCIA JUDICIAL QUE APUROU SALDO CREDOR – CÁLCULO DE ATUALIZAÇÃO QUE INCLUIU OS JUROS DE MORA - OMISSÃO INEXISTENTE - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Ao contrário do que alega o credor/agravante, além da correção monetária (parte incontroversa), o perito também incluiu sobre o saldo credor os juros de mora. Embora em determinado momento tenha feito alusão a "Juros Rem.", apesar da nomenclatura, os juros efetivamente aplicados foram os moratórios à base de 1% ao mês, capitalizados anualmente. 2. Recurso a que se nega provimento.

Embargos de declaração: opostos pelo agravante, foram rejeitados.

Ressaltou que a pretensão da agravante teria sido limitada aos juros de mora, e que o acórdão teria tratado da questão envolvendo a correção monetária, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 252/253):

Pelo que se vislumbra das razões vindas com o Agravo de

Instrumento, a pretensão do recorrente ficou limitada aos juros de mora, os quais supostamente não teriam sido aplicados pelo perito judicial. Confira:

"(...) merece reforma a r. Decisão recorrida, pois conforme demonstrado e provado, quando da impugnação ao laudo pericial apresentado pelo Sr. Perito, o mesmo deixou de aplicar ao valor a ser ressarcido ao recorrente juros moratórios à razão de 1% ao mês, o contados da citação, ou seja, desde 08/03/2007 (fls. 24)." (f.03) destaquei.

Tanto assim o é que ao formular os pedidos, expressamente consignou:

"c) seja ao final, o presente recurso conhecido e provido com a reforma da r. decisão agravada, a fim de reconhecer que incida juros de mora na ordem de 1% ao mês, estes contados a partir da citação válida, devendo incidir sobre os valores pagos maior, evitando, assim, enriquecimento sem causa da casa bancária, determinando o refazimento dos cálculos, por ser esta uma medida de lédima e cristalina JUSTIÇA!" (f.08-09) destaquei.

E ainda que este não fosse o caso, à f. 182 do acórdão embargado consta que:

"...Em seguida, o perito procedeu à correção monetária e aplicação de juros moratórios, conforme a proposta inicialmente formulada;

"...Atualiza-se o crédito valor para 31/01/18 (Anexo IV), aplicando correção monetária pelo IGPM/FGV, computando juros à taxa de 1% ao mês, capitalizados anualmente. Constata-se então que, o requerente teria um crédito correspondente a R\$2.725,21 (dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e vinte e um centavos), como demonstrado no quadro abaixo:"(f69)destaquei.

É bem verdade que no referido quadro, além da correção monetária (parte incontroversa), constou indicação de "Juros Rem." Ocorre que, apesar da nomenclatura, os juros efetivamente aplicados foram os moratórios à base de 1% ao mês, capitalizados anualmente." destaquei.

Recurso especial: alega violação dos arts. 371 e 479, do CPC/15.

Aduz que *“os cálculos apresentados pelo perito do juízo estão equivocados em diversos critérios, os quais foram preestabelecidos anteriormente, em sede de ação revisional”* (e-STJ, fl. 258), bem como que deveria incidir a correção monetária pelo IGPM-FGV a partir do pagamento indevido, motivo pelo qual o cálculo pericial deveria ser refeito.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/15

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pelo agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 371 e 479, do CPC/15.

Além disso, da leitura das razões do recurso especial, verifica-se que, quanto à pretensão de realização de novos cálculos, ante a necessidade de atualização do débito pelo IGPM-FGV, os dispositivos apontados como violados não sustentam a tese defendida, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 371 e 479, do CPC/15, indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da existência de fundamento não impugnado

Ademais, a agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo TJ/MS de que a sua pretensão teria sido limitada aos juros de mora (e-STJ, fl. 252). Como esse fundamento não foi impugnado, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Ainda que assim não fosse, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à conclusão acerca da aplicação da correção monetária pelo laudo pericial (e-STJ, fls. 181/182 e 252/253), exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Ademais, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, também impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp n. 821.337/SP, Terceira Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp n. 964.391/SP, Terceira Turma, DJe de 21/11/2016.

Forte nessas razões, RECONSIDERO a decisão primeira (e-STJ, fls. 408/409) e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, CONHEÇO do agravo e NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora